

HABEAS CORPUS Nº 502.384 - SP (2019/0094831-4)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
IMPETRANTE : ALEXANDRE MARCHI OLIVEIRA
ADVOGADO : ALEXANDRE MARCHI OLIVEIRA - SP417452
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : TIAGO HENRIQUE DOS SANTOS (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de TIAGO HENRIQUE DOS SANTOS, contra decisão monocrática de Desembargador integrante do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO que indeferiu pleito liminar no HC n. 2069771-70.2019.8.26.0000.

Na presente impetração, alega o impetrante a ocorrência de flagrante ilegalidade e teratologia da decisão impugnada, o que torna possível a superação do enunciado da Súmula 691/STF.

Assevera que o denunciado encontra-se preso desde 24.11.2018, caracterizando excesso de prazo na formação da culpa, visto que a audiência de instrução e julgamento foi marcada somente para junho do corrente ano, em afronta ao princípio da razoável duração do processo, sendo devida a revogação da custódia antecipada.

Sustenta que a segregação cautelar se mostra desproporcional, considerando que, em caso de condenação, será punido com pena de detenção.

Requer a concessão sumária e definitiva da ordem constitucional para que seja revogada a prisão preventiva do paciente ou, subsidiariamente, sejam aplicadas medidas cautelares diversas da prisão, expedindo-se, consequentemente, o competente alvará de soltura.

É o relatório.

Esta Corte Superior, nos termos da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal, pacificou orientação no sentido de que "*não se admite habeas corpus contra decisão negativa de liminar proferida em outro writ na instância de origem, sob pena de indevida supressão de instância*" (AgRg no HC 252.412/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 9-10-2012, DJe 17-10-2012), destacando que "*O referido óbice é ultrapassado tão somente em casos excepcionais, nos quais a evidência da ilegalidade é tamanha que não escapa à pronta percepção do julgador*" (AgRg no HC 300.610/MG, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 4-9-2014, DJe 15-9-2014).

E, da análise da documentação acostada aos autos, verifica-se que não está caracterizada flagrante ilegalidade suficiente para superar o óbice do referido enunciado sumular. É que a decisão objurgada não se mostrou teratológica, restando devidamente fundamentado o indeferimento do pleito liminar, pois a autoridade tida como coatora não entendeu presentes os requisitos necessários para a concessão sumária da ordem, tecendo ainda as seguintes considerações (fls. 85/86):

A antecipação do juízo de mérito, na esfera do habeas corpus, requer demonstração inequívoca da ilegalidade do ato impugnado, o que não se verifica no caso.

Trata-se de paciente denunciado como incurso nos artigos

129, § 9º, do Código Penal e no artigo 24-A da Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), porque, no dia 17 de novembro de 2018, prevalecendo-se das relações domésticas, ofendeu a integridade física de sua ex-companheira, Gisele Aparecida Cozer, bem como porque descumpriu medidas protetivas de urgência fixadas com fundamento na Lei Maria da Penha.

Com efeito, o relaxamento da prisão, sob a alegação de excesso de prazo para a formação da culpa, demanda análise cuidadosa de informações dos autos do processo de conhecimento, de modo que o devido processamento do writ é que permitirá o reconhecimento ou não da pretensão.

Ante o exposto, seria prematuro reconhecer o direito invocado pelo impetrante antes do processamento regular do writ, quando, então, será possível a ampla compreensão da questão submetida ao Tribunal.

Indefere-se a liminar.

Requisitem-se informações à douta autoridade judiciária indicada como coatora, a respeito, com cópias pertinentes.

Após, remetam-se os autos à Procuradoria Geral de Justiça.

Assim, os argumentos lançados pela autoridade apontada como coatora, em cotejo com os elementos que instruem os presentes autos, autorizam a conclusão do acerto do indeferimento da medida sumária, para manter, ao menos por ora, a constrição cautelar do paciente.

Além disso, mister destacar que o revolvimento dessa questão certamente acarretaria a indevida supressão de instância, pois será alvo de exame oportuno na Corte de Justiça indicada como coatora, quando do julgamento do seu mérito.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 210 do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, **indefere-se liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos ao arquivo.

Brasília (DF), 04 de abril de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator